



O Governo aprovou o prolongamento por mais seis meses, até 30 de Setembro de 2021, da moratória que permite suspender o pagamento das prestações dos empréstimos bancários, seja para empresas ou para particulares. A decisão foi tomada em Conselho de Ministros e anunciada esta quinta-feira, 24 de Setembro, pelo ministro da Economia, Pedro Siza Vieira.

Recorde-se que as moratórias bancárias, que suspendem o pagamento das prestações dos empréstimos (capital e/ou juros), já tinham sido alargadas pelo executivo até 31 de Março de 2021, tendo agora o Governo dado uma “folga extra” de seis meses às famílias e às empresas.

"As medidas excepcionais de protecção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social, e demais entidades da economia social, passam a vigorar até 30 de Setembro de 2021", refere o comunicado emitido no final do Conselho de Ministros, que também decidiu prolongar até 14 de Outubro a declaração de situação de emergência em todo o país.

No que diz respeito às famílias que já beneficiam de moratórias, nomeadamente as que abrangem os créditos à habitação e os créditos para financiamento de despesas de educação, além da suspensão do pagamento das prestações, ficam também isentas do pagamento de juros até 30 de Setembro de 2021.